

# Apresentação

A verdadeira beligerância legislativa que assola o Brasil onde nossa legislação sofre com a necessidade do imediatismo reformário que compele o profissional do direito a, mais que nunca, dedicar parcela considerável de seu tempo à análise de leis, medidas provisórias e projetos de reforma de nossa codificação, é com satisfação que apresentamos mais subsídios doutrinários através de mais uma edição de nossa revista.

Como em poucos instantes de nossa história, esta geração experimenta uma fase fértil para estudo, pesquisa e desenvolvimento de projetos literários sobre os mais variados temas jurídicos. O que antes se resumia a meros estudos para teses e monografias de pós-graduações, doutorados e mestrados, hoje representa quase um dever de, com extraordinária responsabilidade, oportunizar à comunidade jurídica a crítica sobre questões de direito que nos são trazidas a manejar por ocasião do exercício do nosso *mister*. Não se trata, como observarão, de compilações adrede organizadas, mas de minuciosos arrazoados, onde opiniões são lançadas para o debate, porém, com o embasamento jurídico próprio.

Em mais uma *Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas*, trabalho que, novamente, teve por baluarte a senhora Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Promotora de Justiça Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza, e sua equipe administrativa, diga-se, reduzidíssima, sem embargo do, igualmente competente, trabalho do Conselho Editorial.

Mais que realizar sonhos, administrar deve ser, sempre, um veículo por meio do qual o administrador faz com que os administrados embarquem no sonho comum. Sem qualquer vitupério, colocar à disposição de todos este trabalho é motivo de regozijo de toda uma equipe que acredita em um Ministério Público firme, forte, cada vez mais atuante e, sobretudo, agregador. Portanto, pode ser que, nesta revista, você não encontre aquele trabalho que lhe agrade ou interesse, sobremaneira, mas saiba que nossa equipe está ansiosa para acertar no seu fino senso crítico e, quem sabe, poderemos contar com sua crítica em forma de mais um artigo

jurídico capaz de robustecer nosso sonho, ou melhor, venha somar ao sonho e seja, como tantos outros, protagonista de uma nova e vicejadora era ministerial.

Enfim, almejando que, neste trabalho, seus conhecimentos jurídicos se ampliem, renovo meu reconhecimento aos competentes entusiastas membros do Conselho Editorial da *Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas*.

Mauro Luiz Campbell Marques  
Procurador-Geral de Justiça